

# Bancos só começam renegociação da dívida no dia 14

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

Os banqueiros de alguns países já estão reagindo contra a proposta de renegociação plurianual sem pedido de dinheiro novo que o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, deve apresentar em Nova Iorque na reunião com o Comitê de Assessoramento dos credores, a ser marcada para o próximo dia 14: representantes de bancos europeus e japoneses disseram ontem que não vêem nenhuma dificuldade em aguardar o próximo governo para renegociar a dívida externa brasileira, embora considerem "muito difícil" refinar agora as amortizações de US\$ 60 bilhões do período 1985/89.

Banqueiros japoneses que se reuniram em São Paulo nesta segunda-feira deixaram claro, através de seus representantes, que eles aceitariam entrar na composição de um novo empréstimo-jumbo ao Brasil, por considerar que a decisão do ministro Ernane Galvêas, da Fazenda — de não pedir dinheiro novo desta vez — poderá criar dificuldades para as contas externas no próximo ano, quando a comunidade fi-

nanceira internacional estará pressionando o País para aumentar suas importações. Acreditam que um eventual pedido de empréstimo em 1985 sairia mais caro do que sua inclusão agora na renegociação.

Estes banqueiros demonstraram também que instituições não-americanas preferem renegociar com Affonso Pastore apenas a dívida que vence no próximo ano, mesmo concedendo pela terceira vez um novo empréstimo para completar pagamento de juros, ao invés de embarcarem no acordo plurianual, que implicará na rolagem das amortizações de cinco anos. Esta proposta do Governo brasileiro seguramente vai encontrar resistência junto a bancos japoneses e europeus, principalmente, de acordo com estas fontes: eles acham que o sucessor do presidente João Figueiredo estará em melhores condições de obter maiores vantagens na renegociação.

A opinião destes representantes é que, mesmo insistindo na proposta plurianual em dinheiro novo, o Brasil não conseguirá fechar a negociação com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores antes de janeiro, pelo menos. Lembram que a montagem do programa de refi-

nanciamento de amortizações envolverá centenas de bancos, exigindo tempo e assinatura de documentos em todo o mundo, enquanto uma renegociação de apenas um ano poderia ser concluída mais rapidamente através da liderança dos grandes credores. Além disso, esta última fórmula deixaria o próximo governo com mais liberdade para exigir um acerto global da dívida externa brasileira.

Mesmo que as conversações tenham início em meados do próximo mês, não haverá tempo suficiente para se chegar a um acordo com a maioria das instituições credoras ainda este ano, inclusive porque a segunda metade de dezembro coincide com o fechamento dos balanços e com as festas de Natal. Em janeiro, quando começam a vencer as amortizações da dívida externa que não foram incluídas na negociação do ano passado, os negociadores brasileiros estarão envolvidos pelos acontecimentos internos relacionados com a sucessão no Colégio Eleitoral, e logo depois vêm o carnaval e a posse em 15 de março. Com isso tudo, segundo os banqueiros, será muito difícil esperar a assinatura dos contratos da renegociação ainda nesta administração.

Por estas razões os representantes de instituições japonesas demonstraram insatisfação com a demora no início das conversações com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores: "Estão demorando demais para dizer o que querem" — comentou um executivo desta área. Ele acredita que deixar a negociação incompleta para ser retomada pelo próximo governo poderá significar problemas para o País.

Comentando as propostas do Banco Central para a renegociação, estes executivos revelaram que o único ponto que o Brasil não deve enfrentar resistência dos banqueiros é a questão das comissões e taxas de risco (spreads). Bancos japoneses, por exemplo, acham perfeitamente viável baixar de 2,125% para cerca de 1,5% o spread a ser cobrado do Brasil na rolagem das amortizações, acreditando que também não haverá problema em eliminar as chamadas taxas de negociação. Mas a exigência de aumento das importações brasileiras em 1985 será feita ao Governo, já que vários países consideram impossível sustentar sucessivos déficits comerciais com o Brasil para manter nosso superávit.